

O investimento externo direto brasileiro: a América do Sul enquanto destino estratégico

The Brazilian foreign direct investment: South America as a strategic target

Rodrigo Maschion Alves*

Meridiano 47 vol. 12, n. 127, set.-out. 2011 [p. 25 a 35]

Introdução

Durante a primeira década do século XXI, a economia brasileira intensificou o seu processo de internacionalização produtiva por meio do Investimento Externo Direto (IED) realizado em outras economias do mundo. Tradicionalmente, o Brasil sempre foi um grande receptor de IED proveniente das empresas dos países desenvolvidos. Hoje, no entanto, tem-se observado um maior dinamismo das empresas brasileiras atuantes em setores como petróleo, siderurgia, extração de recursos naturais e alimentos. Esse fenômeno, por seu turno, corre em paralelo com o aumento dos fluxos de IED oriundos dos países em desenvolvimento.

A América do Sul é destaque para o investidor brasileiro. Trata-se de uma região próxima ao Brasil, com laços integracionistas, mão de obra barata e abundância de matérias primas. Esses fatores atraem os interesses das companhias do Brasil. A Argentina é a principal receptora do IED brasileiro, no entanto, os países andinos estão adquirindo relevância para as perspectivas presentes e futuras do IED nacional.

O objetivo desse trabalho é fotografar o IED brasileiro realizado na América do Sul ao longo dos anos 2000. Para isso, o primeiro passo é observar a importância crescente adquirida pelas economias em desenvolvimento no que concernem as suas participações nos fluxos globais de IED.¹ A partir desse momento, destacaremos os seguintes itens: a) um panorama histórico da internacionalização produtiva brasileira; b) a demonstração de alguns números do IED brasileiro realizado na região, demonstrando os setores econômicos mais atuantes nesse espaço geográfico e algumas razões estratégicas explicativas sobre a inserção produtiva brasileira no subcontinente; c) um breve debate sobre as motivações de ordem política que colaboram para a definição da América do Sul enquanto espaço de interesse econômico para o Brasil; d) e uma conclusão.

A recuperação modesta nos fluxos globais de IED e a condição dos países em desenvolvimento

Os fluxos globais de investimentos externos diretos² cresceram de forma modesta ao longo do ano de 2010, o que reverteu o declínio apurado durante os anos de 2008 e de 2009. Os investimentos totalizaram US\$ 1,24 trilhão

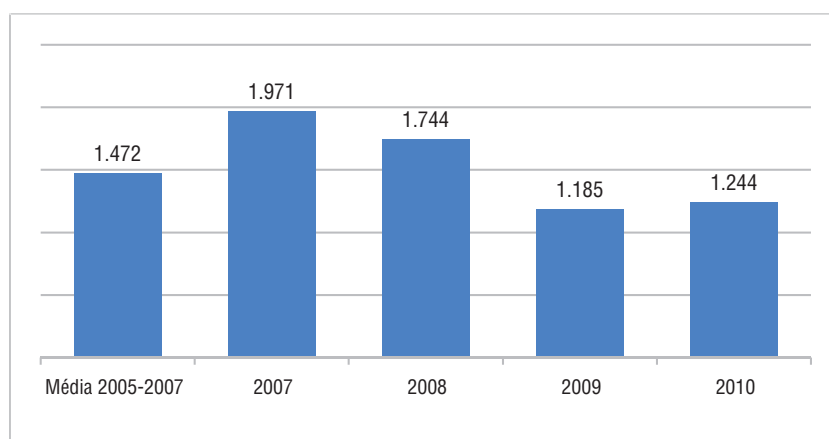
* Mestre em Relações Internacionais e doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Universidade de Campinas – Unicamp e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. (ro_alves@hotmail.com)

1 Isso será feito em paralelo com uma análise conjuntural da recuperação dos fluxos globais de IDE pós-crise 2008-09.

2 Nota explicativa: fluxo global de IED é o total de recursos aplicados pelos países no mundo ao longo de um ano. Fluxo de IED recebido é o investimento recebido por uma economia oriundo de outras. Fluxo de IED aplicado é o recurso investido por um país em outros países. Esteque de IED recebido ou aplicado é a somatória dos recursos recebidos ou aplicados por um país ao longo de vários anos.

em 2010, cerca de 5% a mais em comparação com o ano de 2009 (WIR, 2011).³ Segundo o relatório das Nações Unidas, esse aumento foi resultado dos fluxos de investimentos direcionados para os países em desenvolvimento, notadamente os países do sul, leste e sudeste da Ásia e os países da América Latina e do Caribe. Somados os IEDs direcionados aos demais países em desenvolvimento e os em transição, foi verificado, pela primeira vez na história, que esses conjuntos de países absorveram mais da metade dos fluxos globais de IED (Idem, p.2). No entanto, os números globais apurados ao longo de 2010 ficaram 15% abaixo da média do período pré-crise (2005-2007) e 37% abaixo do pico do ano de 2007.

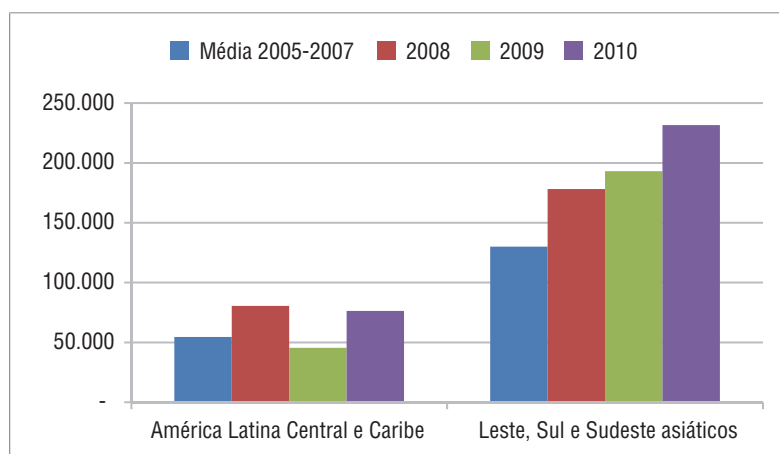
Fluxos globais de IED: média 2005-2007 e demais anos em US\$ trilhão



Fonte: Unctad. www.unctad.org/fdistatistics.

As previsões da Unctad para os fluxos globais de IED para o ano de 2011 são positivas e prevêem cifras entre US\$ 1,4 e US\$ 1,6 trilhão. Com tais números, os investimentos retornariam aos níveis pré-crise. A Unctad enfileirou algumas explicações possíveis para essa recuperação, dentre elas: a evolução dos processos de reestruturação de várias multinacionais; a saída de alguns Estados das atividades ligadas ao mercado financeiro e não financeiro (a partir de medidas governamentais de salvamento de empresas no contexto agudo da crise de 2008-09). Como consequência, oportunidades de investimentos ressurgiram para as multinacionais em países da América latina e Caribe e também os do Sul, Leste e Sudeste asiático.

Fluxos de IED *direcionados* aos grupos de países selecionados em US\$ bilhões



Fonte: Unctad. Elaborado pelo autor com base no www.unctad.org/fdistatistics.

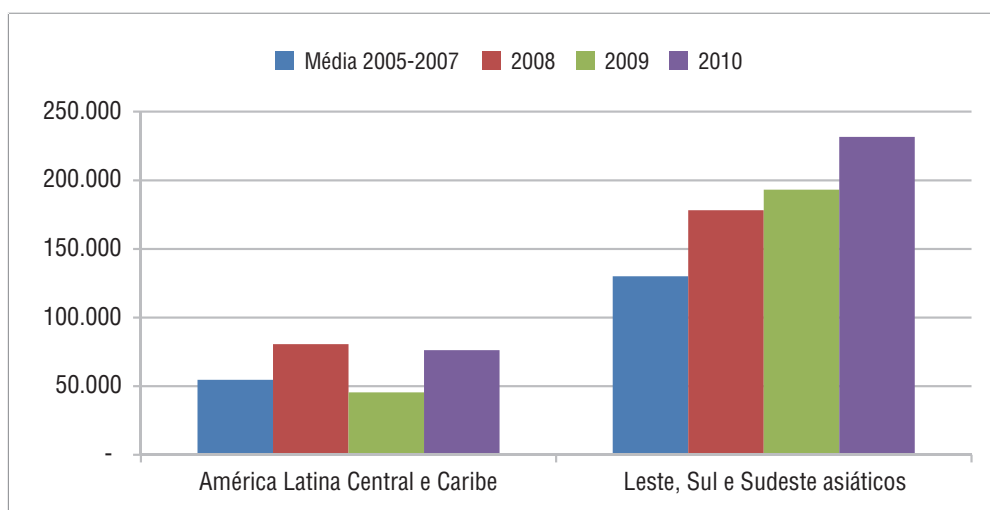
³ World Investimet Report 2011 (WIR). Relatório oficial da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) sobre os investimentos externos diretos.

Para os países asiáticos, os interesses das empresas são explicados pelo crescimento econômico e pela robustez do mercado consumidor dessas economias (Idem, p. 5). Para a América Latina, Central e Caribe, o relatório das Nações Unidas aponta o crescimento econômico, o mercado consumidor, a estabilidade macroeconômica e o alto preço das commodities como fatores que atraem o IED para a região. Entre os países da América Latina, o Brasil foi o maior receptor de investimentos, captando US\$ 48 bilhões em 2010 (56% do total recebido pela América do Sul).

Por outro lado, são mais estreitas as oportunidades de negócios nos países desenvolvidos. Os fluxos de IED para esses mercados recuaram moderadamente (cerca de 1%) somando recebimentos de US\$ 600 bilhões. Os investimentos direcionados a esses mercados são menos intensos em decorrência do cenário de uma possível crise de solvência que assombra a Europa e os EUA (idem).

A modesta recuperação nos níveis dos fluxos globais de investimentos em 2010 é resultado, também, dos aumentos das aplicações originárias das empresas dos países em desenvolvimento. Os fluxos de investimentos realizados pelas empresas desses países totalizaram US\$ 327 bilhões em 2010, quase 20% a mais do que os números de 2009. Hong Kong (China) e a China continental realizaram investimentos de US\$ 76 e US\$ 68 bilhões, respectivamente. As empresas brasileiras aplicaram, em 2010, US\$ 11,5 bilhões de dólares no exterior (idem).

Fluxos de IED realizados pelos grupos de países selecionados em US\$ bilhões



Fonte: Unctad. Elaborado pelo autor com base no www.unctad.org/fdistatistics.

Panorama histórico da internacionalização econômica brasileira

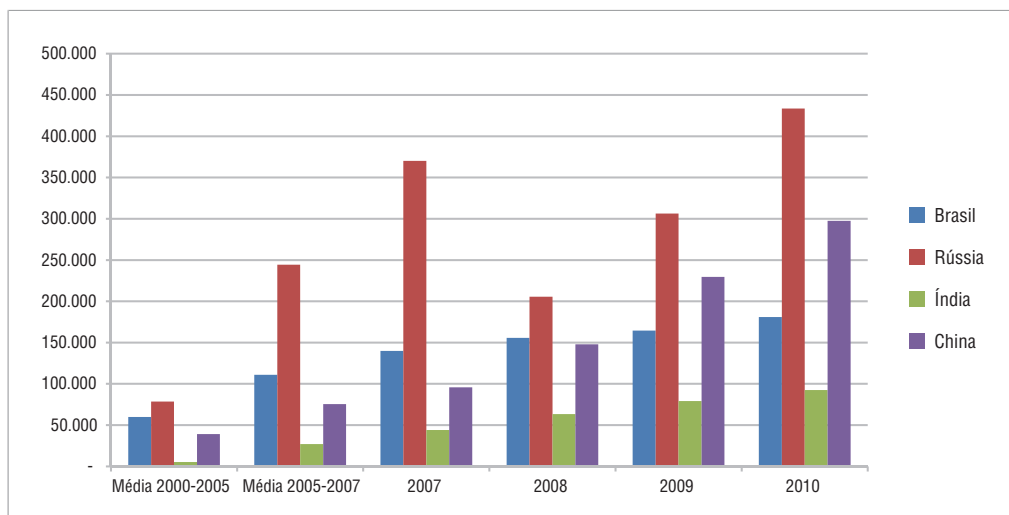
Historicamente, o período que compreende o fim da II guerra mundial até o final dos anos 1970, consolidou o mais acentuado passo rumo à internacionalização produtiva do país. Durante essa fase, as empresas multinacionais estrangeiras integraram-se às empresas brasileiras de capital público e privado, o que consolidou uma estrutura produtiva diversificada e convergente em relação à lógica de produção dos países avançados (HIRATUKA e SARTI, 2010). Com a crise econômica dos anos 1980, as entradas dos IEDs no Brasil estacionaram o que promoveu o comportamento receoso das multinacionais estrangeiras quanto à perspectiva de retomada das atividades de investimentos no país. No entanto, isso não afetou as suas capacidades competitivas nos mercados doméstico e externos e logo elas retomaram as suas participações nas atividades de comércio exterior e de investimento externo direto no Brasil (Idem).

Ao longo dos anos 1990 e 2000, o cenário da internacionalização da economia brasileira mudou e se intensificou. O processo de liberalização com a abertura comercial e a financeira, os ajustes estruturais e os esforços para

a estabilização macroeconômica marcaram os governos dos presidentes Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva (BAUMANN, 2010, p.285). Como conseqüências, impactos diretos foram sentidos nos investimentos recebidos pelo Brasil e nos realizados pelas empresas brasileiras no exterior, assim como no aumento dos níveis de importação comparados aos de exportação. Para o quesito dos investimentos recebidos pelo país e os realizados pelas empresas brasileiras no exterior, a privatização acentuou a assimetria entre a elevada presença das empresas estrangeiras no país e a baixa participação das transnacionais brasileiras no exterior (SARTI e LAPLANE, 2002). Ao mesmo tempo, o incremento do IED recebido pelo Brasil melhorou a conta de capital e financeira da economia, ao mesmo tempo em que aumentou o coeficiente de importação em relação ao de exportação (Idem).

A primeira década dos anos 2000 destaca mudanças profundas no processo de internacionalização da economia brasileira: cresce os investimentos *realizados* por firmas brasileiras no mundo, em especial na América do Sul. Em outras palavras, a economia brasileira passa a ser uma aplicadora de capital no mundo. Esse fenômeno esteve circunscrito em um contexto macroeconômico interno e externo caracterizado por um crescimento moderado. Como conseqüência, o IED brasileiro seguiu a mesma tendência de ascensão das realizações das aplicações provenientes de outros países em desenvolvimento, notadamente os asiáticos (WIR, 2006). Uma das características do IED brasileiro na América do Sul é a sua origem a partir dos aportes de poucas e grandes empresas atuantes em setores econômicos pontuais, especialmente os de recursos primários. Logo, os contornos mais expressivos do IED nacional foram moldados em atividades econômicas caracterizadas pela baixa competitividade e pelo baixo grau de incorporação tecnológica e de capital (como os dados a serem apresentados comprovarão).

Comparativo da evolução do estoque de IED *realizado* pelos Brics em US\$ bilhões



Fonte: Unctad. Dados consolidados pelo autor.

Como destacado anteriormente, é possível observar a evolução no estoque de IED aplicado pelos países em desenvolvimento e a mesma tendência no acumulado das realizações do IED brasileiro. Para o ano de 2010, o Brasil aglomerou estoque de US\$ 180 bilhões; a Rússia de US\$ 433 bilhões; a China continental (exclui Hong Kong) de US\$ 297 bilhões; e a Índia US\$ bilhões. A modalidade estratégica para a realização do investimento russo é a do tipo RESOURCE-SEEKING (WIR, diversos). Essa modalidade de aplicação procura explorar atividades ligadas aos setores de recursos naturais, matérias primas e commodities. Alguns estudos observam que a Rússia possui um caráter de exportadora de capital (KALOTAY, 2009). Empresas como a Gazprom, Lukoil, Norilsk Nickel e a Severstal tornaram-se companhias globais com fortes investimentos no exterior. Essas firmas possuem ligações

com a exploração do setor de recursos naturais, atuam em regiões próximas à Rússia e têm uma relação estreita com as políticas de promoção de internacionalização praticadas pelo governo do país (idem). O IED indiano está concentrado em atividades de alta tecnologia, indústria farmacêutica e serviços de tecnologia de informação (WIR, diversos). O seu foco geográfico está no Japão, Austrália, EUA e Europa (SAUVANT; WOLFGANG; e McALLISTER, 2009). Os investimentos chineses mais consideráveis estão no setor de recursos naturais e expostos na África, Ásia Central e América Latina. A política do governo chinês “going global” tem fomentado e estimulado o processo de internacionalização das companhias do país (SOUZA, 2011).

O mapa do IED brasileiro na América do Sul

O Brasil é o país da América do Sul que mais realiza investimentos na Argentina. Teoricamente, isso se dá pelas vantagens oferecidas pelo mercado daquela nação, pela proximidade geográfica (DUNNING, 1988) e pelos laços integradores do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Ao mesmo tempo, durante os anos 2000, novos países adquiriram relevância enquanto destinos do IED brasileiro no subcontinente: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Venezuela e Peru. Para esses Estados andinos, os investimentos brasileiros estão concentrados nos setores de extração mineral, petróleo, gás e construção civil. As motivações para a realização do IED nas economias andinas decorrem, em grande medida, do aumento constante dos preços das *commodities* no mercado internacional (WIR, 2010, p.46). De maneira geral, a modalidade do investimento direcionado para os setores de mineração e *commodities* nesses países é feito via fusões e aquisições; já os investimentos para os setores de energia, petróleo e gás são realizados pela estratégia do tipo “greenfield”⁴.

Os altos preços das *commodities* fazem com que os investidores do Brasil observem, nesses países, oportunidades de negócios rentáveis tendo em perspectiva que são territórios com recursos naturais em abundância e próximos ao território brasileiro. Um segundo fator é a condição estratégica desses produtos para o crescente mercado consumidor do país. Por fim, esses territórios representarem uma plataforma de exportação desses recursos, já que as empresas brasileiras almejam atender a demanda crescente do mercado asiático (China).

De acordo com o Censo do Capital Brasileiro no Exterior do Banco Central do Brasil (BCB), o estoque acumulado de IED no exterior acima de 10% do capital votante da empresa foi, em 2009, de US\$ 132 bilhões. Para a América do Sul (países selecionados), o estoque atingiu, para o mesmo ano, a cifra de US\$ 9.4 bilhões. Foi mantida a centralidade dos países do Mercosul enquanto destino do IDE brasileiro para a América do Sul.

4 Investimento “Greenfield” ou “Nova Planta” significa toda a alocação de recursos para inaugurar ou construir uma instalação produtiva a partir do zero.

Investimento Direto Maior ou Igual a 10% em US\$ bilhões

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total (inclui paraíso fiscal)	42.584	43.397	44.769	54.027	65.418	97.715	111.339	113.755	132.413
Argentina	1.625	1.503	1.549	1.722	2.068	2.136	2.360	3.376	4.251
Bolívia	36	53	52	47	53	55	53	48	-
Chile	158	168	203	186	234	1.799	509	387	459
Colômbia	130	26	42	42	30	47	178	298	561
Equador	71	96	45	101	4	42	39	21	-
Peru	40	47	52	267	299	235	584	244	704
Paraguai	40	29	59	86	83	149	117	153	170
Uruguai	3.121	1.547	2.810	1.657	1.748	1.743	1.878	2.443	2.531
Venezuela	27	19	13	51	135	104	218	282	801
Total dos países selecionados	5.248	3.488	4.825	4.159	4.654	6.310	5.936	7.253	9.477

Obs: Segundo a Receita Federal do Brasil, o Uruguai é considerado um paraíso fiscal.

Fonte: BCB. Censo dos capitais brasileiros no exterior. Dados consolidados pelo autor.

Percentualmente, o Brasil é um grande realizador de investimentos em países como Bolívia, Equador, Paraguai e Argentina. Em números brutos, o fluxo significativo de IED brasileiro está exposto na Argentina. Recentemente, a Colômbia, o Chile e o Peru receberam somas expressivas de fluxos de IED oriundos do Brasil. Para a Argentina e para a Bolívia, as aplicações da Petrobrás foram centrais. Os números para o Uruguai oferecem poucas observações anuais pelo fato de o país ser considerado um paraíso fiscal.

Dados sobre fusões e aquisições obtidos a partir da plataforma Bloomberg (tabela abaixo), do Estudo Sobeet-Valor Econômico 2010, dos levantamentos da Fundação Dom Cabral (FDC) 2010 e do estudo Funcex 2008 indicam o perfil setorial do IED brasileiro nos Estados andinos. Na Bolívia, a Petrobrás acumulou investimentos de US\$ 1,5 bilhão. A Braskem anunciou, em 2008, instalação de um pólo de desenvolvimento químico, fato que, se consolidado, geraria investimentos de US\$ 1,4 bilhão. No Chile, a Gerdau apresentou plano para duplicar a sua planta de barras e perfis de aço laminado (construída em 1992) com investimento de US\$ 120 milhões. Outra operação importante foi a compra, pela Marfrig, da chilena Quinto Quarto S/A por US\$ 850 milhões. Na Colômbia, a Fibria Celulose, do grupo Votorantim, comprou a mineradora Acerías Paz Del Rio por US\$ 490 milhões. A Gerdau atua intensamente na Colômbia: os dados indicam fusão no segmento siderúrgico na ordem de US\$ 116 milhões; a empresa alvo foi a Holding *Cleary Holding Group*. Segundo a Funcex (2008), a Gerdau assinou, em 2004, um acordo para se tornar acionista das empresas Diaco S.A. e Siderúrgica del Pacífico S.A. – Sidelpa, num processo de aquisição das participações do Grupo Mayagüez e da The Latinamerican Enterprise Steel Holding com investimento de US\$ 107 milhões. No Peru, a Petrobrás investiu US\$ 850 milhões para construir uma usina petroquímica em Montequelo, ao sul do país (Funcex, 2008, p. 25). A Vale comprou a Cimentos Argos por US\$ 305 milhões. A Gerdau investiu US\$ 190 milhões no seu tradicional ramo de siderurgia. A tabela abaixo destaca que a Petrobrás comprou a chilena ESSO Chile Petrolera Ltda por US\$ 400 milhões. Essa operação garantiu maior presença da transnacional no mercado latino e o aumento de aproximadamente 1000 funcionários ao portfólio da Petrobrás (FDC, 2010).

Por outro lado, não é possível analisar devidamente a distribuição setorial do IED na América do Sul a partir do BCB. Mas, de acordo com os apontamentos levantados até agora, podemos afirmar que são os setores intensivos em recursos naturais os que mais atraem os investidores para a região. Logo, isso nos permite indicar o perfil setorial do IED brasileiro realizado na região e explicitar algumas considerações sobre as motivações que levam o empresário brasileiro a atuar no subcontinente. Contudo, a América do Sul constitui o espaço prioritário para a inserção das empresas brasileiras por meio do IED. Em 2009, 53% das 40 maiores empresas brasileiras com atividades no exterior estavam na região (FDC, 2010).

Fusões e aquisições brasileiras na América Andina

Empresa-alvo	Data	Nome do comprador brasileiro	Nome do vendedor	Valor total anunciado (milhões de dólares)	País-alvo
Acerias Paz Del Rio	20/3/2007	Fibria Celulose	*	493	Colômbia
Cementos Argos	*	Vale	Cementos Argos	373	Colômbia
Mina de Carbón El Hatillo	*	Vale	Mina de Carbón El Hatillo	305	Colômbia
Coal Assets	24/12/2008	Vale AS	Cementos Argos AS	305	Colômbia
Aerovias del Continente Americano AS	18/03/2004	Sinergy Group	Valorem AS	64	Colômbia
Cleary Holdings Corp	21/02/2008	Gerdau AS	*	59	Colômbia
Cleary Holdings Corp	12/08/2010	Gerdau AS	*	57	Colômbia
Land & Building	05/06/2008	WTorre Empreendimentos Imobiliarios	Banco Santander Colombia AS	52	Colômbia
Esso Chile Petrolera Ltda	08/08/2008	Petroleo Brasileiro AS	Exxon Mobil Corp	400	Chile
Metalpar AS	21/12/2007	Marcopolo AS	*	13	Chile
Chevron Chile SAC	05/11/2009	Petroleo Brasileiro AS	Chevron Corp	12	Chile
Tucapel	18/12/2009	Camil Alimentos AS	Grupo Aresti	11,2	Chile
Frigoríficos Patagonia AS	20/8/2007	Marfrig Alimentos AS	*	8,5	Chile
Intellectual Ppty & Assets	*	Mineracao Caraiba AS	Corp Nacional del Cobre de Chile	N/A	Chile
Petrobrás Energia Peru AS	21/12/2007	Petroleo Brasileiro AS	Petrobrás Argentina AS	423	Peru
Cia Minera Atacocha AS	3/11/2008	Votorantim Participacoes AS	*	145	Perú
Empresa Siderurgica del Peru SAA	28/6/2006	Gerdau AS	Grupo Aserco AS	60	Perú
Cia Minera Milpo SAA	3/8/2010	Votorantim Participacoes AS	*	420	Perú
Empresa Siderurgica del Peru SAA	16/11/2006	Gerdau AS	Sider Corp AS	40,1	Perú
Empresa Siderurgica del Peru SAA	28/6/2006	Gerdau AS	Grupo Aserco AS	60	Perú
Cia Cervecera AmBev Peru AS	7/10/2009	Cia de Bebidas das Americas	Multiple Sellers	16	Peru
Cia Minera Milpo SAA	27/03/2008	Votorantim Participacoes AS	*	3,4	Perú
Siderurgica Zuliana CA	18/6/2007	Gerdau AS	*	92	Venezuela
Cia Cervecera AmBev Ecuador AS	*	Cia de Bebidas das Americas	*	36	Equador
Bebidas y Aguas Gaseosa Occidente Srl	*	Cia de Bebidas das Americas	SABMiller PLC	27	Bolivia
EBX Siderurgia da Bolivia AS	23/6/2009	Vetorial Siderurgia Ltda	OSX Brasil AS	13	Bolivia
TCA AS	*	Unnamed Buyer	Indústrias Metalúrgicas Pescarmona AS	98	Bolivia

Fonte: Bloomberg. Dados consolidados pelo auto.

Considerações de ordem política

Durante a primeira década do século XXI, os governos que ascenderam ao poder na América do Sul deram um “giro à esquerda” na condução política das suas nações (FIORI, 2010).⁵ As novas lideranças defendiam orientações nacionalistas, desenvolvimentistas ou socialistas, que visavam mudar o rumo político e ideológico no subcontinente. Alguns estudiosos avaliaram que a crítica desses novos governantes foi direcionada ao receituário neoliberal esboçado no subcontinente durante os anos 1990 (LIMA; e COUTINHO, 2006). Com esse olhar crítico, o tema da integração regional passou a ser tratado como um projeto a ser construído a partir das ações autônomas dos Estados. Em outras palavras, tornou-se necessário conceber um projeto integrador edificado sobre um espaço regional articulado a partir de laços institucionais, políticos, econômicos, culturais, sociais, infraestruturais e comerciais.

“Este giro político à esquerda ocorreu de forma quase simultânea, e coincidiu com a mudança da política externa americana, da nova administração republicana de Bush (2001-2009), que engavetou, na prática, o “globalismo liberal” da administração Clinton (1993-2001) e o seu projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). E também coincidiu com o ciclo de expansão generalizada da economia mundial, que se prolongou até 2008, estimulando o crescimento de todas as economias nacionais, da região. A novidade deste ciclo expansivo foi a participação da China, como grande compradora das exportações sul-americanas de minérios, energia e grãos. E o fato de que os altos preços das commodities tenham ajudado a financiar várias iniciativas do projeto de integração da infraestrutura energética e de transportes do continente, permitindo também a acumulação de reservas que diminuíram a fragilidade externa do continente” (FIORI, 2010).

Dessa forma, o contexto da região dos anos 2000, desde os pontos de vista político, econômico e espacial, diferenciou-se em relação ao experimentado durante a década de 1990. Geograficamente, essa integração foi mais ampla em comparação com a experiência dos anos 1990: está em curso, principalmente a partir da reunião de Brasília do ano de 2000, que deu origem ao projeto da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), a construção de uma América do Sul cujo horizonte central é um ambiente transnacional integrado. Esta nova fase possui características e elementos como a integração física (ou real), a financeira, a cultural e a comercial. Paralelo a tal processo histórico, ao longo dos anos 2000, o IED brasileiro incorporou-se aos contornos da construção da integração regional.

Tendo em perspectiva a conjunção da integração regional com a ascensão do IED brasileiro na América do Sul, levantamos a seguinte questão: qual a relação dessa circunstância com o viés desenvolvimentista da Política Externa Brasileira? Dentre muitas, duas condições históricas são favoráveis para que a diplomacia brasileira tenha como preocupação central o desenvolvimento econômico nacional no lugar das apreensões militares: o pouco interesse estratégico que a América do Sul representa para os EUA; e a ausência de tensões fronteiriças entre o país e os seus vizinhos (HIRST; e LIMA, 2006). Essa junção entre a passividade regional com o relativo ‘desinteresse’ norte americano pelo subcontinente permite ao Brasil manter diálogos abertos com os países do norte e do sul sem alinhamentos automáticos com opções excludentes. Como conseqüência, a ação internacional brasileira encontra mais possibilidades (liberdades) para a efetivação do seu projeto desenvolvimentista. Dessa forma, a integração com a América do Sul pode ser interpretada como o estabelecimento de fronteiras modernas de cooperação para o desenvolvimento nacional (SOARES, 1959). Em outros termos, integração poder ser lida como um estímulo para a inserção econômica brasileira no subcontinente.

5 Fiori observa que esse “giro à esquerda” foi feito, em alguns países, com práticas ortodoxas de condução macroeconômica vigentes desde a década dos anos 1990.

Apesar disso, não existe no Itamaraty um desenho de política pública de promoção do IED brasileiro. Os exemplos a seguir podem ser lidos como marcos de política externa, estimulados pelo Itamaraty, que objetivam o fomento de oportunidades para a cooperação econômica. Logo, considerando as iniciativas e as instituições que constituem uma América do Sul integrada, observa-se, para o comércio exterior, a reestruturação do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Aladi (CCR-Aladi) e a criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Brasil e Argentina (SML). Apesar de serem instrumentos especializados na variável do comércio, as suas existências podem implicar em avanços para o fomento da variável do investimento. Para as vertentes políticas, técnicas e financeiras, foram criados o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), a IIRSA e a União Sul-americana de Nações (Unasul). Por fim, para o crédito, observa-se o crescimento da importância da Corporação Andina de Fomento (CAF), as discussões acerca dos contornos do Banco do Sul, a concepção do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e o fortalecimento do Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (Fonplata). Todas essas iniciativas de integração foram incentivadas pelas ações internacionais do Itamaraty ao longo dos anos 2000.

Para a dimensão doméstica, colaboram com a expansão econômica brasileira na região as linhas de créditos para exportações e investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e as de exportações do Banco do Brasil. As instituições citadas como exemplos eram, até meados dos anos 2000, identificadas como sendo de fomento ao comércio regional. Recentemente as mesmas passaram a promover, parcial e indiretamente, a realização de investimentos diretos do Brasil.

Conclusão

A economia brasileira está em processo de internacionalização por meio de realização de IED. Essa fase é influenciada por fatores internos, regionais e globais. Para os internos, o cenário de estabilidade macroeconômica do Brasil colaborou para que as empresas acessassem uma estrutura financeira pública e privada propícia ao crédito. Existem, dessa forma, alguns indícios de políticas públicas que colaboram com a internacionalização das empresas, mas que ainda são políticas especializadas no fomento ao comércio exterior. Isso não nega que a vertente do IED realizado pelo Brasil no subcontinente não venha a se beneficiar de políticas públicas e de instrumentos regionais de integração.

A América do Sul é o espaço primordial para a inserção internacional produtiva brasileira. De acordo com DUNNING (1988), existem condições especiais que explicam o interesse de determinada economia por uma área geográfica específica no que concerne à exposição dos seus investimentos: proximidade geográfica; mão de obra barata; fontes de matérias primas, plataformas de exportação e novos mercados. Isso parece caber bem à análise proposta. Os países do Mercosul, em especial a Argentina, recebem a maior parcela do investimento do Brasil direcionado ao subcontinente. Contudo, observamos o aumento do interesse das empresas do Brasil pelo mercado Andino, apesar do IDE brasileiro para este espaço ainda ser baixo e oscilante comparado com as aplicações nos países do Mercosul. As atividades relacionadas ao projeto IIRSA e aos investimentos realizados pela Petrobrás na América do Sul indicam a importância do subcontinente para a inserção internacional produtiva brasileira.

Quanto ao contexto global, este foi e é caracterizado pelo aumento nos fluxos dos investimentos provenientes dos países em desenvolvimento. Apesar dos efeitos negativos da crise, foi demonstrada uma tendência de recuperação no crescimento dos fluxos globais de investimentos. A ascensão do IED dos países em desenvolvimento abre algumas possibilidades positivas no limiar do século XXI para criar novos canais estruturais e econômicos entre os Estados do chamado eixo sul-sul (WIR, 2006). Avaliou-se, no contexto da divulgação do relatório sobre o IED de 2006, o entendimento de que linhas econômicas entre a América do Sul, África e Ásia começariam a se robustecer.

Assim, o relatório pontuou que para o avanço do processo, os *policy makers* dos Estados em desenvolvimento realizadores de IED e das economias receptoras desses recursos deveriam estabelecer aproximações construtivas desde os pontos de vista político e prospectivo (inteligência corporativa e relações diplomáticas). Com isso, as relações entre os Estados seriam convertidas em números econômicos mais concretos (Idem).

Bibliografia

- BAUMANN, R. *Economy: brasilian external sector so far in the XXI century*. IN: ROLLAND, Dennis; e LESSA, Antônio, C. *Brazil's international relation: paths to power*. Paris: L'Harmattan, 2010.
- DUNNING, J. *Explaining international production*. Londres: Unwin Hyman, 1988.
- FIORI, J. *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional*. In: *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. Livro 3, volume 1. Ipea, Brasília 2010.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking das transnacionais brasileiras 2010: repensando as estratégias globais*.
- HIRATUKA, C. e SARTI, F. *Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente*. Livro 3, volumen 2 – *Inserção Internacional Brasileira: temas de economia internacional*. Ipea, Brasília, 2010.
- KALOTAY, K. *Take-off and turbulence in the foreign expansion of Russian multinational enterprises*. In KARL P. SAUVANT, WOLFGANG, A. MASCHKEK and GERALDINE McALLISTER, eds. *Foreign Direct Investment from Emerging Markets: The Challenges Ahead* (New York, 2009).
- KARL P. SAUVANT, WOLFGANG, A. MASCHKEK and GERALDINE McALLISTER, eds. *Foreign Direct Investment from Emerging Markets: The Challenges Ahead* (New York, 2009).
- LIMA, M, R; e COUTINHO, M, V. *Integração moderna*. Análise de conjuntura OPSA (Nº 1, janeiro de 2006).
- LIMA, M, R; e HIRST, M. *Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities*. *International Affairs número 82*, 2006.
- Ranking Sobeet/Valor Econômico 2010. *As mais internacionalizadas: empresas e setores brasileiros globalizados*.
- RIBEIRO, F; e CASADO, R. *Investimentos Brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas*. Fundação Centro de Estudos Para o Comércio Exterior (FUNCEX-2008). Texto para discussão nº 191. Disponível em <http://www.funcex.org.br/tds.asp>. Acesso em 15/09/2011.
- SARTI, F; LAPLANE, M, F. (2002). *O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90*. *Economia e Sociedade*, v.11, n.1 (18), p. 129-164, jan./jun.
- SOARES, JOSÉ, M. *Conceitos de solidariedade Continental*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1959.
- SOUZA, LEONARDO, S. *Investimento externo direto chinês no Mercosul*. *Meridiano 47* vol. 12, n. 125, mai.-jun. 2011 [p. 32 a 39].
- World Investment Report 2006 e 2011. Disponíveis em www.unctad.org. Acesso em 15/09/2011.

Resumo

Recentemente, a economia brasileira intensificou a sua internacionalização produtiva por meio de realização de Investimento Externo Direto. O dinamismo das empresas brasileiras está nos setores de recursos naturais. Esse fenômeno corresponde com o aumento dos fluxos de investimentos oriundos dos países em desenvolvimento. A América do Sul é destaque nos destinos dos investimentos brasileiros.

Abstract

Recently, the Brazilian economy has intensified its international production by means of conducting FDI. The Brazilian companies concentrate investments in the natural resource sectors. This phenomenon corresponds with the increase of investment flows from developing countries. South America is featured in the Brazilian investment destinations.

Palavras Chave: Investimento; países em desenvolvimento; América do Sul

Keywords: Investment; developing countries; South America

Recebido em 22/09/2011

Aprovado em 13/10/2011

